



The Observatory of Social
and Political Elites of Brazil

ISSN eletrônico
2359-2826

Candidatos policiais na política nacional: uma análise dos aspirantes a deputado federal

Fábia Berlatto (ufpr/cespdh)

Adriano Codato (ufpr/nusp)

newsletter

v. 1 ▪ n. 7 ▪ dezembro, 2014

universidade federal do paraná (ufpr) ▪ núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira (nusp)

Candidatos policiais na política nacional: uma análise dos aspirantes a deputado federal

Fábia Berlatto (ufpr/cedhsp) *

Adriano Codato (ufpr/nusp) **

Resumo: Das eleições de 1998 até as de 2014, 972 integrantes das forças policiais e militares se candidataram a deputado federal no Brasil. O objetivo deste paper é investigar os perfis social, político e ideológico dos integrantes das forças repressivas do Estado que se lançaram na política institucional. Através de estatística descritiva, ressaltamos as especificidades desse grupo. Achados iniciais mostraram que se a passagem da polícia à política era feita, nos anos 90, através de grandes partidos de direita, atualmente ela se dá via pequenos partidos sem identidade ideológica muito clara (partidos “fisiológicos”).

I. A natureza dos dados, o problema das fontes e a agregação das categorias

As questões da segurança pública têm ganhado crescente atenção no Brasil nas últimas décadas. Além dos altos índices de crimes violentos, a divulgação e a representação midiática dos eventos ligados ao crime e à violência tem dado o tom do debate nacional e das demandas por “mais segurança pública”. Assim, temas como a prevenção e a repressão à violência urbana, a manutenção da ordem pública e o controle da criminalidade compõem um terreno fértil para a agenda política eleitoral.

Nesse contexto, a experiência profissional dos agentes da segurança pública é um recurso social facilmente instrumentalizável durante as campanhas eleitorais, uma vez que as demandas da sociedade brasileira nesse campo tendem, em geral, para o reforço das formas repressivas de controle social. A Pesquisa CNI-IBOPE (de outubro de 2011), apontou uma adesão massiva (86%) dos respondentes à redução da maioria penal para os 16 anos.

Desde as eleições de 1998 até as de 2014, 23.219 indivíduos concorreram à posição de deputado federal no Brasil. Desse total, 972 integrantes das forças repressivas civis e militares se candidataram a essa posição política. Esta nota de pesquisa faz uma radiografia social e partidária desse grupo apontando algumas transformações ao longo do tempo e especulando sobre possíveis causas.

Os dados foram coletados e sistematizados pelo Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil a partir do registro de candidaturas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Consideramos aqui a ocupação autodeclarada pelos candidatos. Isso impediu que se recuperassem todos os indivíduos que pertenciam a alguma força repressiva do Estado já que, uma vez eleito, é comum que os indivíduos passem a assumir e

declaram como profissão o cargo eletivo que ocupa no momento do cadastro (deputado, vereador, etc.). Também não foi possível considerar nesse universo os candidatos vindos da Polícia Federal porque eles se registram como “funcionário público federal”. Assim, recuperar esse dado exigiria uma pesquisa mais extensa e uma mudança de critério da autodeclaração para nossa definição.

Conforme a autodeclaração dos candidatos, o próprio TSE dividiu as ocupações que nos interessam aqui em cinco classes:

1. bombeiro militar
2. membro das forças armadas
3. militar reformado
4. policial civil
5. policial militar

A fim de padronizar as informações, recodificamos as cinco ocupações em apenas duas classes.

Unificamos militares reformados (“aposentados”) e da ativa, bombeiros militares e policiais militares em uma única categoria, apesar de todas as suas diferenças internas (em termos de status, funções). Mantivemos os policiais civis em uma segunda categoria.

Assim, temos:

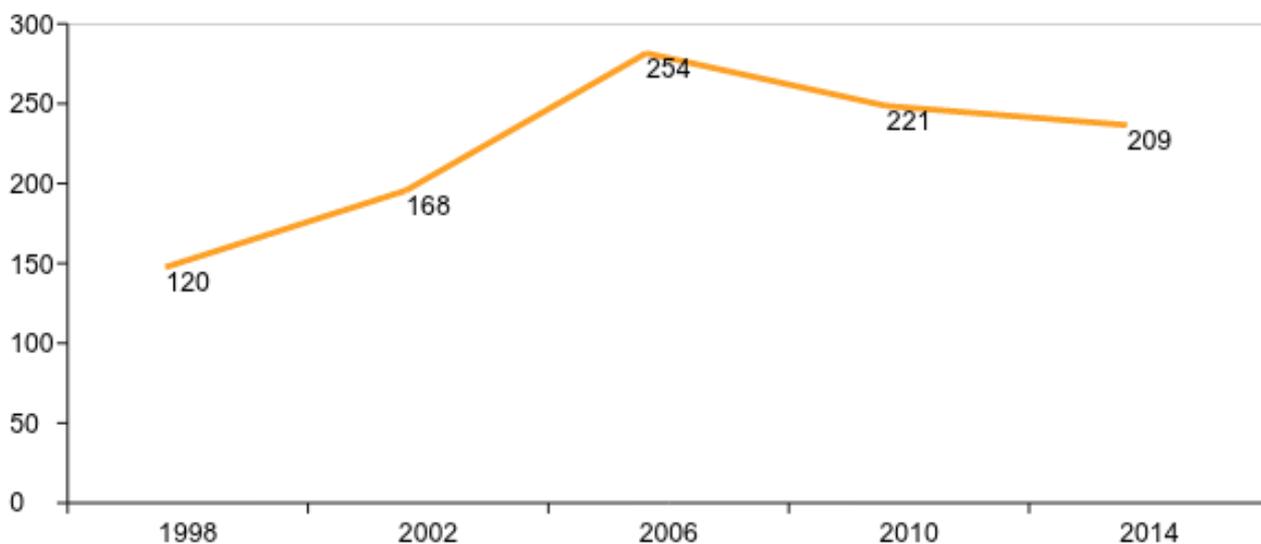
1. “**militar**”: policial militar; membro das forças armadas; militar reformado; e bombeiro militar.
2. “**civil**”: policial civil.

A fim de padronizar a linguagem, englobamos todos no grupo de “policiais” ou de membros das forças repressivas do Estado.

II. A evolução das candidaturas das forças repressivas

O gráfico 1 dá uma ideia exata do aumento mais ou menos progressivo do número de candidatos das forças de segurança do Estado nacional:

Gráfico 1. Número absoluto de candidatos das forças repressivas a deputado federal no Brasil, 1998-2014



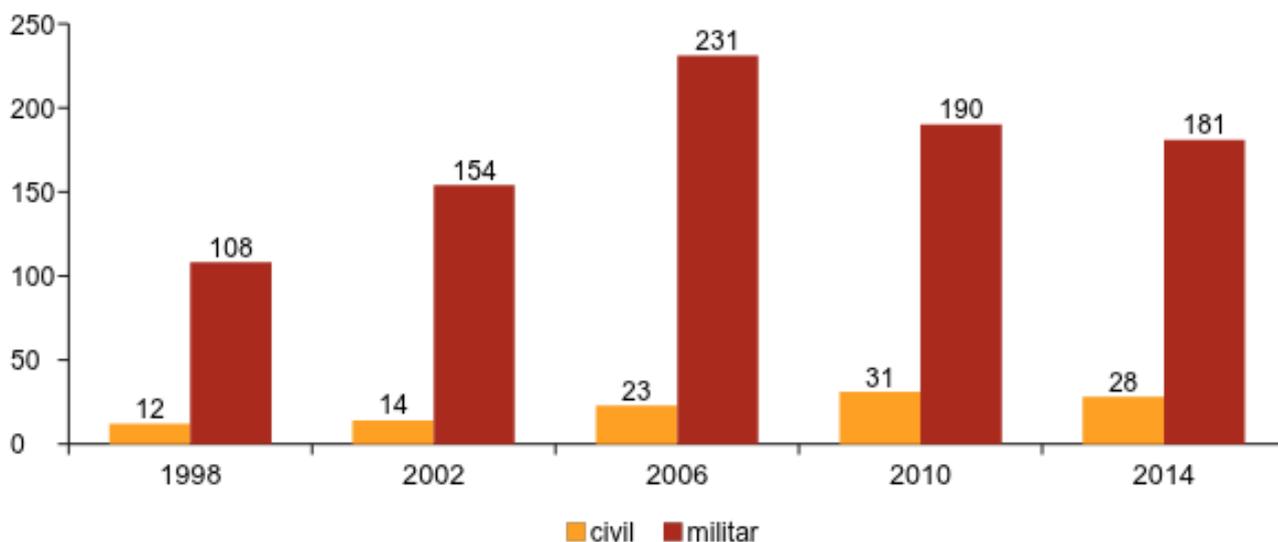
Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR.

Entre 1998 e 2014, o N cresce quase 90%, passando de 120 para 209 candidatos a deputado federal. Há um pico em 2006 (254 candidatos) que merece uma explicação mais detalhada.

Em 2006 ocorreram as primeiras grandes demonstrações de força do Primeiro Comando da Capital – PCC, uma coletividade cuja origem se deu nas prisões do estado de São Paulo nos anos 1990, mas que hoje está presente na quase totalidade das instituições penais e na maior parte das zonas urbanas do estado. Houve uma série de rebeliões no sistema penitenciário comandadas pelo PCC que alcançaram diversos estados brasileiros. O evento foi exaustivamente repercutido pelas mídias e ressaltou a sensação de insegurança cotidiana ao explicitar, entre outras coisas, uma coordenação de ações a partir do sistema carcerário.

Se desagregarmos os dados em duas classes de “polícias”, civil e militar, constatamos que no pleito de 2006 as candidaturas de militares alcançaram o auge no período observado com 231 indivíduos, um aumento de 150% em relação à 2002. Já a candidatura de civis, apesar de ter atingido seu ápice apenas no pleito de 2010 (31 candidatos), quase dobrou entre 2002 e 2006, passando de 14 para 23, como se pode ver no Gráfico 2.

Gráfico 2. Número absoluto de candidatos das forças repressivas a deputado federal no Brasil, 1998-2014



Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR

O Gráfico 3, abaixo, desagrega as candidaturas de civis e militares por estado da federação.

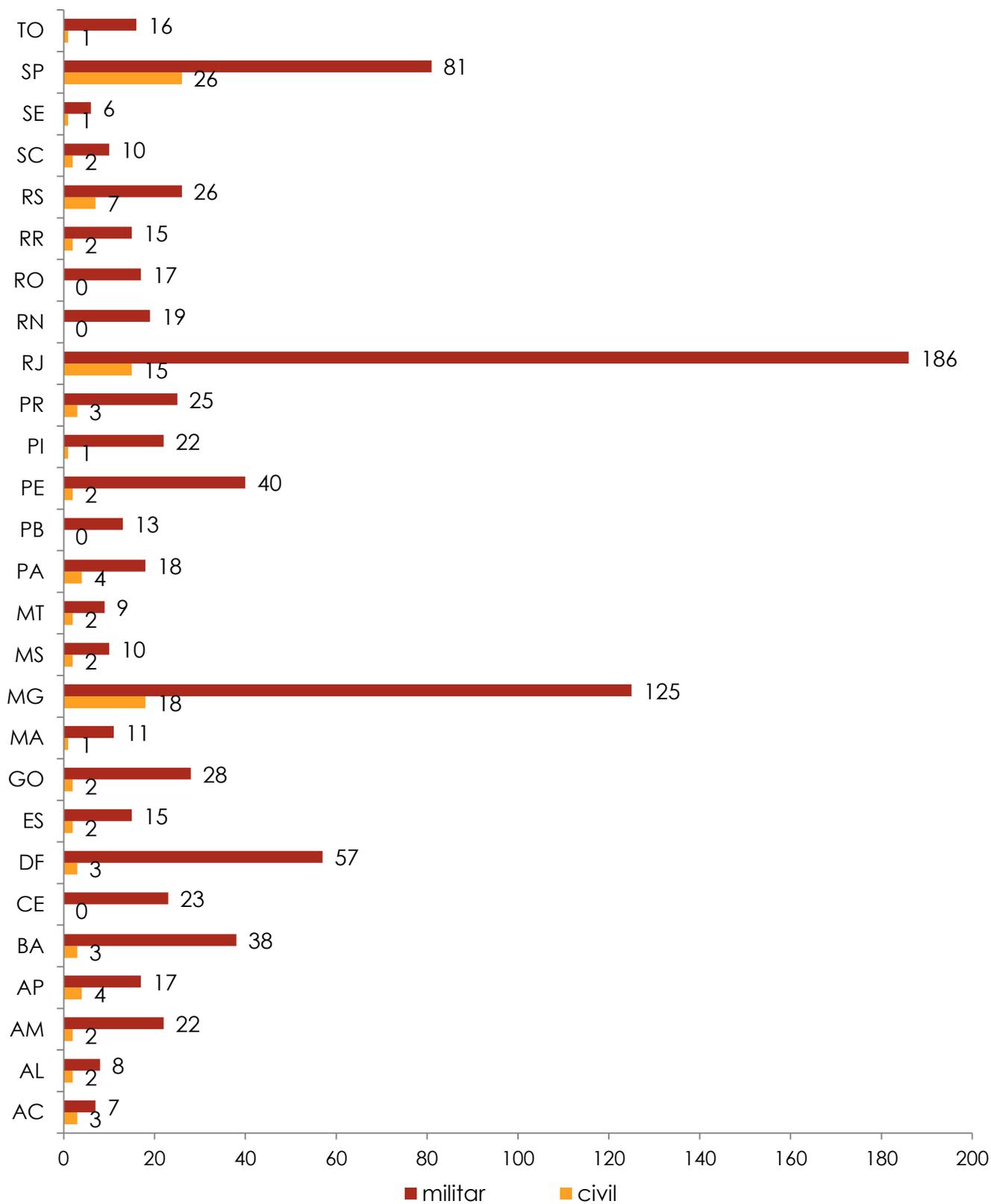
Ele mostra, por exemplo, que os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro registram o maior número de candidaturas no período observado (1998-2014). São esses os três estados com o maior efetivo nacional nas polícias segundo a Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública (SENASP, 2011).

O efetivo de policiais civis em São Paulo, em 2011, era de 34.480 indivíduos, o de Minas Gerais era de 10.150 e do Rio de Janeiro era de 9.579. Essa era também a sequência para o tamanho das polícias militares: São Paulo aparece com 85.056 indivíduos, Minas Gerais com 45.489 e o Rio de Janeiro com 43.547 policiais militares.

Assim, se fizermos uma relação entre o número de candidatos das forças e o efetivo policial por estado, podemos dizer que os militares de São Paulo se candidatam menos que os do Rio de Janeiro.

É necessário verificar o peso de cada categoria militar (polícia, bombeiros, exército), uma vez que o contingente de militares do exército, especialmente da reserva, é grande no estado do Rio de Janeiro.

Gráfico 2. Número absoluto de candidatas das forças repressivas civis e militares a deputado federal no Brasil, 1998-2014



Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR

II. Sociografia característica de civis e militares

A tabela abaixo resume algumas informações sobre o perfil social dos dois grupos, civil e militar.

Tabela 1. Dados sociográficos dos candidatos das forças repressivas (civis e militares) a deputado federal, 1998-2014.

		civil e militar			
		civil		militar	
		%	Média	%	Média
sexo	feminino	10,2%		3,9%	
	masculino	89,8%		96,1%	
situação conjugal	casado	65,7%		73,6%	
	não casado	34,3%		26,0%	
	sem informação	0,0%		0,3%	
educação	ensino superior (completo ou não)	83,3%		57,5%	
	sem ensino superior	16,7%		42,2%	
	sem informação	0,0%		0,2%	
idade na data da eleição			47		46

Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR.

Assim como no campo da política, as nossas polícias são "guetos" masculinos. E nas instituições militares a diferença proporcional entre homens e mulheres aumenta consideravelmente.

A Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública (SENASP, 2011) mostrou que, em 2011, a composição feminina das Polícias Militares e dos Bombeiros era de 7,2% e 7,9%, respectivamente. Na Polícia Civil o efetivo nacional de mulheres era de 25% do total.

A Tabela 1, acima, mostra que 3,9% dos candidatos militares são do sexo feminino contra 96,1% do sexo masculino. Entre os civis, 10,2% são mulheres e 89,8% são homens.

Os dados nos mostram também que a qualificação entre os candidatos civis é maior que a dos militares, o que é um retrato fiel das corporações, já que a maioria das carreiras na polícia civil exige curso superior para o ingresso e a ascensão.

Sobre a média de idade na data da disputa, o número acompanha o perfil encontrável também nos candidatos de outras origens ocupacionais.

III. Candidaturas por blocos ideológicos e a ascensão dos pequenos partidos

Quanto mais à direita no espectro político, maior a adesão às estratégias mais repressivas no campo da segurança pública. Ou seja, mais se é favorável à pena de morte, à redução da minoridade penal, às punições mais duras, prisões perpétuas, etc.

A Tabela 2, abaixo, mostra que praticamente 60% dos candidatos se apresentaram para concorrer a uma cadeira na Câmara dos Deputados por partidos à direita no espectro político.

Tabela 2. Distribuição percentual dos candidatos das forças repressivas a deputado federal no Brasil por espectro ideológico, 1998-2014.

		universo de policiais civis e militares
ideologia	centro	22,3%
	direita	58,3%
	esquerda	19,3%
Total		100,0%

Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR

Essa, contudo, é uma informação muito agregada que não nos permite dizer muito mais do que isso e muito mais do que o esperável.

Por outro lado, quando desagregamos os partidos por tamanhos (grandes e pequenos) e por ideologias (direita e esquerda) ou sem ideologias ("fisiológicos") encontramos a informação mais relevante: **o aumento considerável no número dos candidatos "policiais" por pequenos partidos fisiológicos**. De 7,5% do total de concorrentes em 1998, passou-se a mais de 25% em 2014¹.

Partidos fisiológicos são partidos sem ideologia política definida, nem expressão representativa clara, ou seja, não representam nenhum grupo de interesse específico (como os partidos "verdes" ou os "trabalhistas" o fazem, por exemplo).

A Tabela 3 mostra a mudança no percentual de candidatos por tipo de partido a cada eleição considerada.

¹ Ver o Anexo 1 para nossa classificação dos partidos políticos brasileiros por tamanho/ideologia e distribuição dos candidatos das forças repressivas de Estado a deputado federal entre eles.

Tabela 3. Distribuição % dos candidatos das forças repressivas a deputado federal no Brasil por tipo de partido político, 1998-2014

	ano da eleição					Total
	1998	2002	2006	2010	2014	
grande de centro	14,2%	22,6%	15,0%	13,6%	12,9%	15,4%
grande de direita	41,7%	23,8%	12,2%	20,4%	17,7%	20,9%
grande de esquerda	18,3%	22,0%	16,1%	12,7%	11,0%	15,5%
pequeno de direita	18,3%	27,4%	40,2%	33,5%	26,8%	30,9%
pequeno de esquerda			4,7%	6,3%	5,3%	3,8%
pequeno fisiológico	7,5%	4,2%	11,8%	13,6%	26,3%	13,5%
total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR

Vemos o surgimento a partir da eleição de 2006 de candidatos-policiais por pequenos partidos de esquerda, o que não havia ocorrido até então, e um pico, também em 2006, de candidatos por pequenos partidos de direita (40%).

Repare-se que a participação dos candidatos nos “grandes de esquerda” cai progressivamente de 2002 a 2014. 2006 foi o ano em que os “grandes de direita” estavam em sua fase menos atraente, alcançando apenas 12,2% das candidaturas.

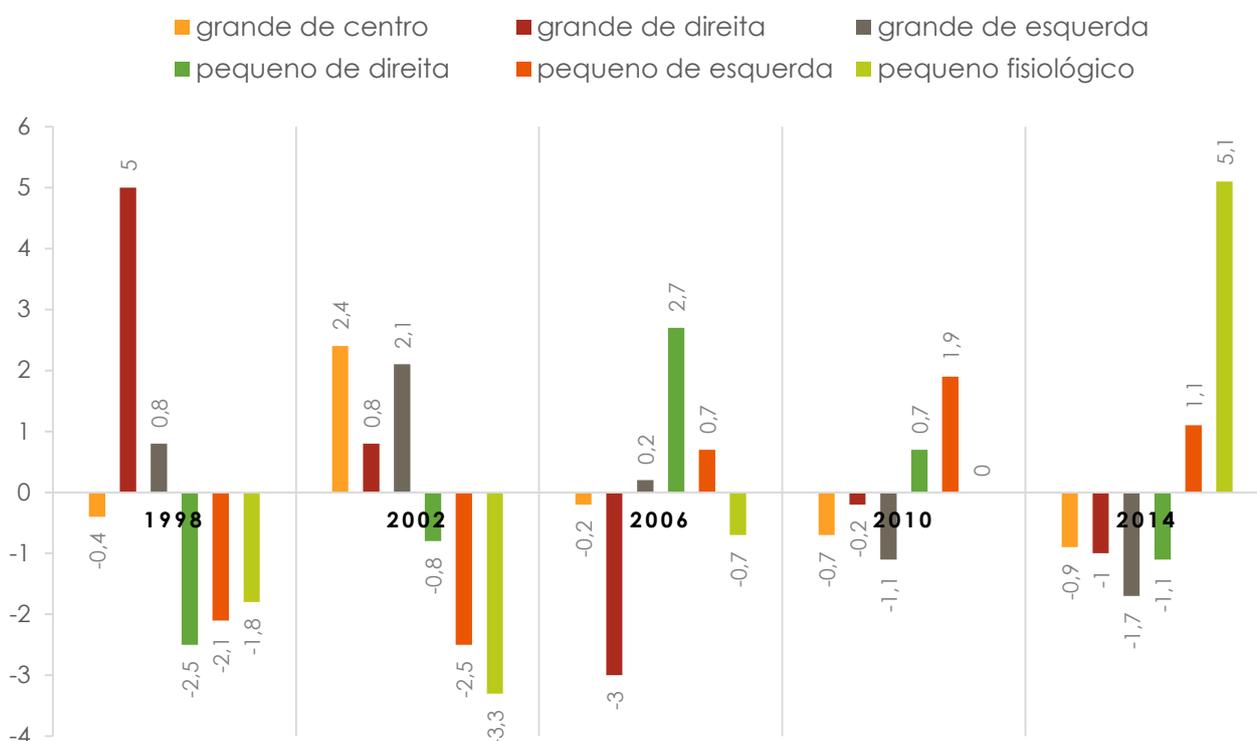
O Gráfico 4 mostra esses mesmos dados, mas em resíduos padronizados, o que nos dá uma ideia melhor da mudança de concentração das candidaturas dos agente es das forças repressivas de Estado dos grandes partidos de direita em 1998 (perto de 42%) para os pequenos partidos fisiológicos em 2014.

O limite de significância dos dados é acima de 1,96 positivos ou negativos. Nesse momento, as informações de que dispomos permitem apenas levantar **hipóteses** sobre a distribuição dos candidatos observados entre os partidos brasileiros.

Uma primeira constatação a partir do Gráfico 4 é a respeito das mudanças bruscas, de uma eleição a outra, entre os tipos de partidos nos quais essas candidaturas mais se concentram positivamente: em 1998 nos grandes de direita (resíduos de +5), em 2002 nos grandes de centro (+2,4), em 2006 nos pequenos de direita (+2,7), em 2010 sem concentração significativa em qualquer tipo de agremiação e em 2014 nos pequenos partidos fisiológicos.

Esse último ponto pede um maior esclarecimento.

Gráfico 4. Distribuição dos candidatos das forças repressivas a deputado federal no Brasil, 1998-2014 por tipo de partido político (resíduos padronizados).



Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR

A preponderância dos “partidos fisiológicos” em 2014 pode ser explicada, entre outras coisas, por um aumento no número de candidaturas com propostas que atendem mais a demandas corporativas das “polícias” do que aquelas que advogam plataformas ideológicas ou morais. Elas encontram nesses partidos, possivelmente, um lugar mais oportuno para se manifestar.

As mudanças nas regras de entrada e ascensão nas carreiras policiais, a ampliação de direitos políticos nas corporações, como a liberdade de expressão, de direitos trabalhistas, como os salariais, e de associação, principalmente no caso dos policiais militares e bombeiros militares, estão entre essas demandas corporativas.

A desmilitarização das polícias como estratégia tanto para mexer na estrutura das carreiras, quanto para modificar o processo do trabalho policial com vistas a melhorar sua eficiência também são recorrentes nos discursos de campanhas. Talvez seja essa também a explicação para uma maior concentração dos candidatos em 2014 em “pequenos de esquerda” do que em “pequenos de direita”. Soma-se a isso o fato de que nos pequenos partidos, tanto de direita quanto de esquerda, além dos

fisiológicos, a possibilidade de ter um lugar na lista é muito maior do que nos grandes partidos.

Outra hipótese a ser considerada na filiação a pequenos partidos e em partidos fisiológicos com vistas à disputa eleitoral dessas categorias é a intenção de se diferenciar dos políticos profissionais e do estilo de política que esses últimos praticam. Esse é um elemento ideológico – a visão negativa da política e dos políticos – muito presente entre as forças repressivas do Estado.

Referência:

Ministério da Justiça; Secretaria Nacional de Segurança Pública. 2013. *Pesquisa perfil das Instituições de Segurança Pública*, Brasília.

Pesquisa CNI – IBOPE: retratos da sociedade brasileira: segurança pública. 2011. Brasília: CNI. 65 p.

* Fábila Berlatto é doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). É integrante do Centro de Estudos de Segurança Pública e Direitos Humanos da UFPR.

** Adriano Codato é professor de Ciência Política na Universidade Federal do Paraná e coordenador do **Observatório de elites políticas e sociais do Brasil** (<http://observatory-elites.org/>). Integra o Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (NUSP) ao qual o **Observatório** está vinculado.

Anexo 1. Classificação dos partidos políticos brasileiros por tamanho/ideologia e distribuição dos candidatos das forças repressivas de Estado

categoria	sigla partido	frequência	porcentual
grande de centro	PMDB	34	22,7
	PPS	38	25,3
	PSDB	28	18,7
	PV	45	30,0
	SD	5	3,3
	Total	150	100,0
grande de direita	DEM	12	5,9
	PFL	27	13,3
	PL	29	14,3
	PP	18	8,9
	PPB	13	6,4
	PR	14	6,9
	PSC	43	21,2
	PSD	9	4,4
	PTB	38	18,7
	Total	203	100,0
grande de esquerda	PDT	64	42,4
	PSB	68	45,0
	PT	19	12,6
	Total	151	100,0
pequeno de direita	PAN	15	5,0
	PGT	5	1,7
	PMN	33	11,0
	PRB	21	7,0
	PRN	3	1,0
	PRONA	22	7,3
	PRP	53	17,7
	PRTB	34	11,3
	PSDC	30	10,0
	PSL	49	16,3
	PSN	2	,7
	PST	10	3,3
	PTC	23	7,7
Total	300	100,0	
pequeno de esquerda	PC do B	2	5,4
	PCB	1	2,7
	PPL	3	8,1

	PSOL	31	83,8
	Total	37	100,0
pequeno fisiológico	PEN	17	13,0
	PHS	46	35,1
	PROS	4	3,1
	PT do B	46	35,1
	PTN	18	13,7
	Total	131	100,0

Fonte: Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR

como citar:

Berlatto, Fábila; Codato, Adriano. 2014. Candidatos policiais na política nacional: uma análise dos aspirantes a deputado federal. **Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR**, v.1, n. 7, dezembro. p.1-16.



Normas para colaboração

A **Newsletter do Observatório de elites políticas e sociais do Brasil** aceita somente notas de pesquisa originais. Elas devem apresentar resultados substantivos de pesquisas empíricas a partir da análise de dados e evidências ainda não publicados. As notas de pesquisa devem conter até 2,5 mil palavras. A decisão sobre sua publicação cabe ao Editor a partir da avaliação de dois pareceristas. Os manuscritos submetidos serão avaliados através do sistema duplo-cego.

O resumo das notas de pesquisa deve ser redigido no formato IMRAD (introdução, materiais e métodos, resultados e discussão). O título da nota de pesquisa deve conter até 150 caracteres com espaços. Cada nota de rodapé deve conter no máximo 400 caracteres com espaços. As referências bibliográficas utilizadas serão apresentadas no final da nota de pesquisa, listadas em ordem alfabética obedecendo ao padrão **Harvard autor-data**.

As contribuições devem ser submetidas ao Editor através do endereço eletrônico:

uelites@gmail.com



Copyright© 2014
observatory of brazilian political and social elites
núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira (nusp)

Newsletter. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. NUSP/UFPR

editor: Adriano Codato (ufpr)

conselho editorial: Bruno Bolghesi (unila); Bruno Speck (usp); Cláudio Gonçalves Couto (fgv-sp); Débora Messenberg (unb); Emerson Cervi (ufpr); Ernesto Seidl (ufsc); Flávio Heinz (puc-rs); Frederico Almeida (unicamp); Lucas Massimo (ufpr); Luiz Domingos Costa (uninter/ufpr); Maria Teresa Kerbauy (unesp); Paulo Roberto Neves Costa (ufpr); Pedro Floriano Ribeiro (ufscar); Renato Monseff Perissinotto (ufpr); Samira Kauchakje (puc-pr)

Financiamento: CNPq. Processo n. 477503/2012-8

observatório de elites políticas e sociais do brasil

universidade federal do paraná – ufpr
núcleo de pesquisa em sociologia política brasileira – nusp
rua general carneiro, 460 sala 904
80060-150, curitiba – pr – brasil
Tel. + 55 (41)33605098 | Fax + 55 (41)33605093

E-mail: uelites@gmail.com ▪ URL: <http://observatory-elites.org/>

One of the purposes of the observatory of elites is to condense knowledge and aggregate scholars in this field of study in Brazil through the sharing of information.

Rights and Permissions

All rights reserved.

The text and data in this publication may be reproduced as long as the source is cited.
Reproductions for commercial purposes are forbidden.

The **observatory of brazilian political and social elites** disseminates the findings of its work in progress to encourage the exchange of ideas. The papers are signed by the authors and should be cited accordingly. The findings, interpretations, and conclusions that they express are those of the authors and not necessarily those of the **observatory of brazilian political and social elites**.

Newsletters are available online at <http://observatory-elites.org/> and subscriptions can be requested by email to uelites@gmail.com.